TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

Relatório de Auditoria Operacional processo TCE 06265/2018-7 - fls. 80 a 94)

MUNICÍPIO DE MARTINOPOLE

8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Próprio]	Não
8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Terceirizado]	Sim
8.1 Existe em contrato previsão para acesso e disponibilização do banco de dados para o município-	Sim
9. O sistema de arrecadação é integrado-	Não
10. Há backups periódicos do banco de dados do sistema de arrecadação-	Não
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária-	Não
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária- - comment	
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos existentes:]	1
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos preenchidos:]	1
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária-	Não
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária- - comment	
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária-	Não
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária- - comment	
15. Existe plano de capacitação para os integrantes da administração tributária-	Não
16. A legislação tributária consolidada está atualizada nos termos do art. 212 do Código Tributário Nacional-	Sim
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line-	Não
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line- - comment	
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS-	Não
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS- - comment	
19. A normatização municipal do Imposto sobre Serviço (ISS) está compatível com a Lei Complementar Federal 116/2003-	Sim

20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município-	Não
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município- - comment	
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line-	Não
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line- - comment	
22. Existe rotina de trabalho aplicada à fiscalização de contribuintes com atividades diversas que compartilham o mesmo endereço cadastral-	Não
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa-	Não
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa- - comment	
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura-	Sim
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura- - comment	
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro-	Não
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro- - comment	
26. Quais as atividades econômicas são responsáveis pelas maiores arrecadações com ISS-	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos-	Não
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos- - comment	
28. No município há a cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)-	Sim
Qual o motivo da não cobrança do ITR-	
29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line-	Não
29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line- - comment	
30. Há legislação que institui o Plano Diretor-	Não
30.1. As revisões estão ocorrendo no prazo legal-	
31. Há Planta Genérica de Valores em vigor e instituída por lei-	Não
31.1. A Planta Genérica de Valores foi revisada no prazo recomendado-	
32. O município adota alíquotas progressivas de IPTU-	Não
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município-	Não
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município- - comment	

34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário-	Anual
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário- [Outros]	
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line-	Não
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line- - comment	
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial-	Não
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial- - comment	
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita-	Não
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita- - comment	
38. A administração atualiza os dados cadastrais dos contribuintes devedores com as informações colhidas nos processos de execução fiscal-	Não
39. A procuradoria adota procedimentos de qualificação e agrupamento das execuções fiscais a serem propostas-	Não
40. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado de prazos processuais-	Não
41. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado dos parcelamentos concedidos no curso de execuções fiscal-	Não
42. Existe implementada, no município, cobrança administrativa dos créditos tributários inadimplidos, definida como aquela em que ocorre, no mínimo, o envio periódico de notificações aos devedores-	Não
43. O município produz relatórios gerenciais periódicos, comprovando os resultados da cobrança administrativa realizada-	Não
44. A administração inscreve em dívida ativa os créditos inadimplidos de todas as espécies tributárias-	Sim
45. A inscrição em dívida ativa é realizada automaticamente pelo sistema informatizado-	Não